



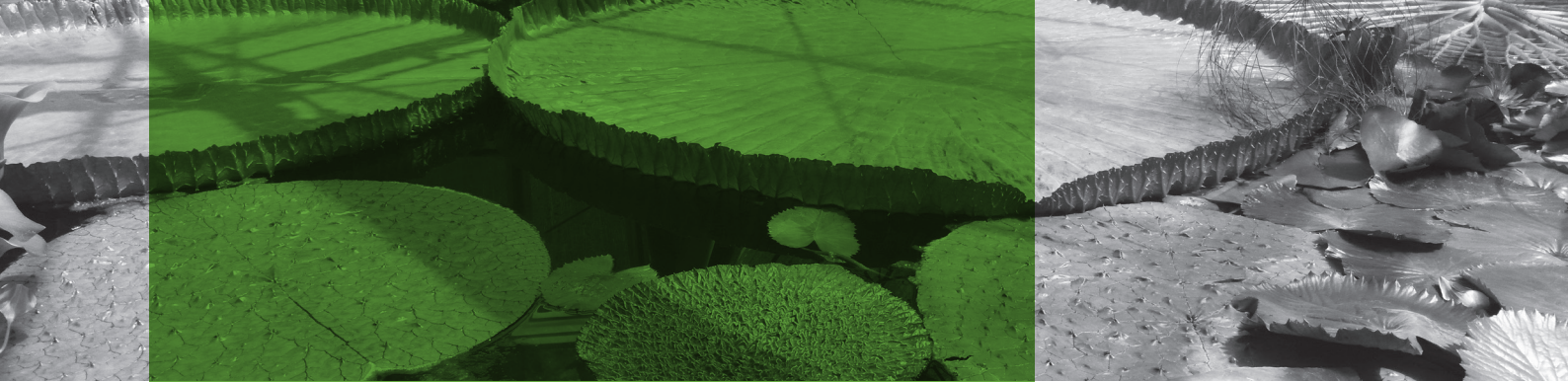
FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CARTOGRAFIAS DAS VIOLÊNCIAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

SÍNTESE DOS DADOS E
RESULTADOS PRELIMINARES

PARCERIA





APRESENTAÇÃO

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS) e parceria de pesquisadores do Grupo de Pesquisa Territórios Emergentes e Redes de Resistências na Amazônia (TERRA), da Universidade do Estado do Pará – UEPA, está desenvolvendo o projeto “Cartografia das Violências na Região Amazônica”, que visa, sinteticamente, cruzar e analisar dados sobre ilegalidades, criminalidade e segurança pública na Amazônia com o debate socioambiental. O projeto insere-se na ideia de que a Amazônia é um dos principais ativos estratégicos do Brasil, o que o coloca no centro da discussão geopolítica do clima global e abre caminho para um debate franco acerca das conexões e interfaces entre alguns dos principais problemas da região.

Para o FBSP é pacífico que a floresta de pé é o grande patrimônio natural nacional capaz de inserir o país de forma relevante nas discussões sobre o futuro verde e seus mecanismos de governança que estão sendo delineados pelas grandes nações agora no início de novembro de 2021, na COP26, em Glasgow. Entretanto, para encararmos os desafios postos, o debate socioambiental precisa considerar que o florescimento da economia verde embute uma esfera que é o fortalecimento da segurança como direito fundamental e o cumprimento da lei, mas não mais em termos de defesa do Estado e sim de promoção de cidadania para a população

da região. Isso porque grande parte da destruição da floresta na região é fruto de atividades ilegais alimentadas por complexas cadeias criminosas nacionais e transnacionais que movimentam diferentes economias - de madeira à minérios passando pela especulação imobiliária, lavagem de ativos e outros crimes como o tráfico de pessoas ou animais silvestres.

Não é mais factível falar isoladamente, portanto, de ameaças à soberania nacional e/ou militarização da região sem antes conectar tais aspectos às dinâmicas da governança criminal do seu território e às premissas de articulação de esferas de governo e de políticas públicas para a construção de justiça social e ambiental. De um lado, focar exclusivamente na dimensão da defesa nacional exclui os riscos de deterioração do controle interno do território por parte do Estado, em seus múltiplos níveis e Poderes.

Por outro lado, os números sobre a violência na Amazônia mostram que não faz sentido separar urbano e rural e/ou cidade e floresta. Os fenômenos são distintos, mas estão intrinsecamente interligados à dinâmica do controle territorial por parte de grupos armados. A preservação da Amazônia envolve a articulação de diferentes instâncias e atores para que políticas públicas e justiça social ocupem o lugar hoje exercido pela criminalidade organizada.

Assim, na Amazônia os diferentes modais de transporte são utilizados no crime organizado e há uma sobreposição territorial de diferentes ilegalidades e violências. Narcotráfico, desmatamento, grilagem de terras ou garimpos ilegais são tipos de ilegalidades que, no mundo formal, demandariam a atenção de diferentes agências de fiscalização e controle, incluindo as polícias. Mas, ao não atuarem de forma integrada e existir fricções federativas e entre órgãos de Estado, não surpreende que muitos dos pontos identificados como focos de crimes ambientais sejam exatamente aqueles locais/municípios com elevadas taxas de mortes violentas

intencionais. Na disputa por quem tem a competência legal para atuar em território, o que estamos vendo é que brechas são criadas pela falta de governança e coordenação. E tais brechas têm sido utilizadas pelas redes de ilegalidades que, muitas vezes, essas sim, estão conectadas e atuando de forma articulada.

Em suma, os achados do projeto permitem formular 3 argumentos:

- i) A intensa presença de facções do crime organizado e de disputas entre elas pelas rotas nacionais e transnacionais de drogas que cruzam a região contribui com a elevação das taxas de homicídios/mortes violentas intencionais de seus estados, os colocando acima da média nacional. Os déficits de governança e estrutura do aparato de segurança pública, sobretudo na capacidade de investigação criminal dos ilícitos/delitos cometidos na região, e justiça deixam a região refém das alianças e conflitos próprios da dinâmica do crime organizado e das suas sobreposições e trocas com crimes ambientais (desmatamento e garimpo ilegais, grilagem de terras, etc);
- ii) Entre 2018 e 2020, a dinâmica da violência letal na região amazônica diferencia-se do restante do país em especial pela acentuada interiorização da violência. Há uma redução dos homicídios urbanos em ritmo mais acentuado do que no restante do Brasil. Simultaneamente, os homicídios nos municípios rurais e intermediários amazônicos crescem, enquanto os homicídios nos municípios destes tipos no restante do país apresentam redução. Esse fenômeno aponta para a importância de conflitos agrários e crimes ambientais, que coexistem e se imbricam no território com as dinâmicas das facções criminosas.
- iii) Nos municípios amazônicos sob pressão do desmatamento encontramos taxas de homicídio superiores à nacional e à da região da Amazônia Legal, reforçando o argumento anterior.

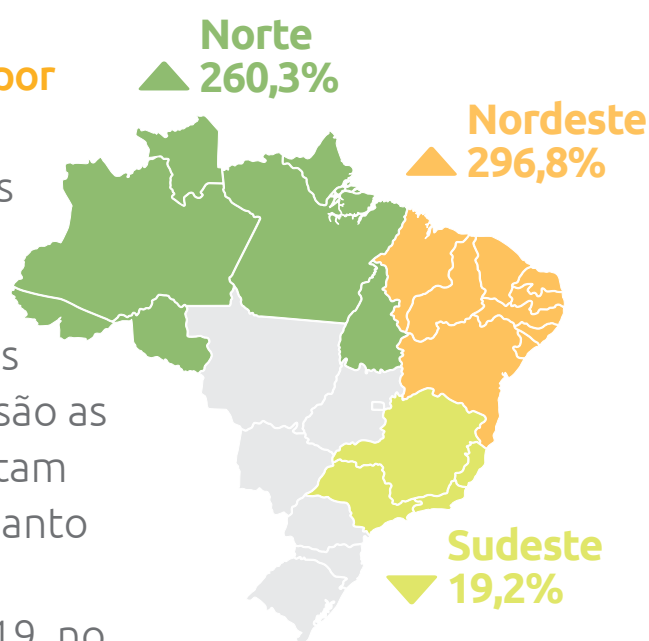
Assim, a mera militarização e/ou envio de forças de segurança de fora da região para suprir demandas pontuais de comando e controle não só é extremamente cara, mas pouco efetiva. É preciso investir no fortalecimento de mecanismos integrados de comando e controle, que conectem esferas Federal e estadual e, em especial, diferentes órgãos e Poderes (Polícias, MP, Defensorias, IBAMA, ICMBio, Judiciário, entre outros). Para garantir soberania e desenvolvimento, a lógica que permitirá redução de crimes e violência deve ser a de construção de capacidades institucionais e não de ocupação militarizada e temporária do território.

HOMICÍDIOS NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL¹

■ Mudança no padrão nacional de disseminação da violência letal a partir dos anos 1990: dados do SIM/Datasus indicam que, se em **1997 cerca de 43%** dos homicídios aconteciam nas capitais, em **2007 essa participação caiu para 34,6%** e para **22,3% em 2019²**. Este processo não significou, no entanto, redução das taxas de mortalidade violenta no país.

■ **A análise da variação entre 1980 e 2019 indica que a taxa de mortalidade por homicídio cresceu 85% no Brasil**

no período, mas com comportamentos muito diferentes ao longo dos anos em cada região. Enquanto na região Sudeste o crescimento ocorre nos anos 1990, a partir do início dos anos 2000 são as regiões norte e nordeste que apresentam maior crescimento. Deste modo, enquanto no Sudeste a taxa de mortalidade por homicídio caiu 19,2% entre 1980 e 2019, no Norte houve crescimento de 260,3% e no Nordeste de 296,8%.

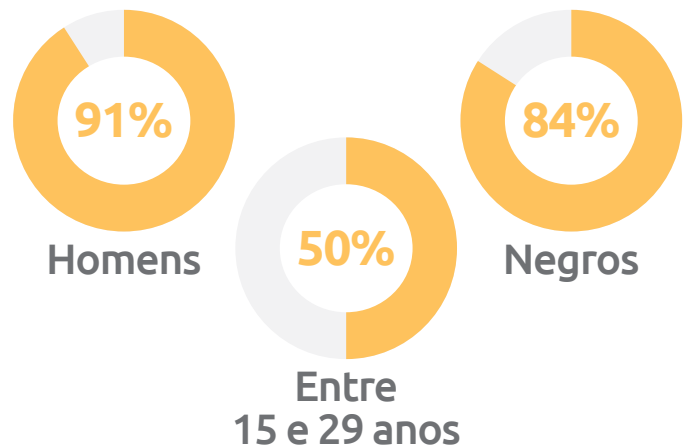


¹ Lei Complementar nº. 124, de 03 de janeiro de 2007 determina que a Amazônia Legal “abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44°”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2007/leicomplementar-124-3-janeiro-2007-548988-norma-pl.html>

² Análises feitas com base em dados do sistema de saúde, disponíveis no SIM/DATASUS, e que possuem série histórica mais longa e com maior nível de desagregação.

■ Ou seja, os números revelam que pelo menos **desde os anos 2000** a disseminação da violência homicida no Brasil se altera e, antes concentradas nos grandes centros urbanos, passam a se espalhar para cidades menores, do interior, chamado por vários autores como **um fenômeno de interiorização da violência**.

■ Em 2020, foram reportadas **8.729 mortes violentas intencionais³** nos municípios que compõem a Amazônia Legal. O perfil das vítimas não difere do verificado no restante do país: 91% dos mortos eram homens, 50% tinham entre 15 e 29 anos e 84% eram negros.

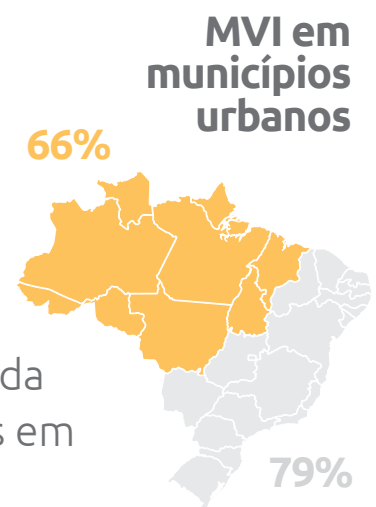


■ Em 2020, os estados da Amazônia Legal apresentam taxas de violência letal mais altas que a média nacional. Enquanto **no Brasil, a taxa é de 23,9** mortes violentas intencionais (MVI) a cada 100 mil habitantes, nos estados da **região amazônica ela é de 29,6**. Sendo ainda superiores em estados como **Amapá (41,7), Acre (32,9) e Pará (32,5)**.

■ Pelo menos dois fatores parecem contribuir diretamente para o crescimento da violência letal na região da Amazônia Legal: a intensa **presença de facções do crime organizado** e de disputas entre elas pelas rotas nacionais e transnacionais de drogas que cruzam a região; e o avanço do desmatamento e a **intensificação de conflitos fundiários**, que resulta também no crescimento da violência letal.

³ Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 15, 2021. A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) foi criada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2013 e tem como fonte os registros policiais. A categoria corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme metodologia da UF). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território.

Utilizando a tipologia municipal proposta pelo IBGE para classificar as cidades entre urbanas e rurais, verificamos que, entre 2018 e 2020, a dinâmica da violência letal nas áreas urbanas da região amazônica apresenta padrão similar ao verificado no restante do país, **mas nas rurais/floresta na Amazônia a evolução dos homicídios se mostra diferente.**



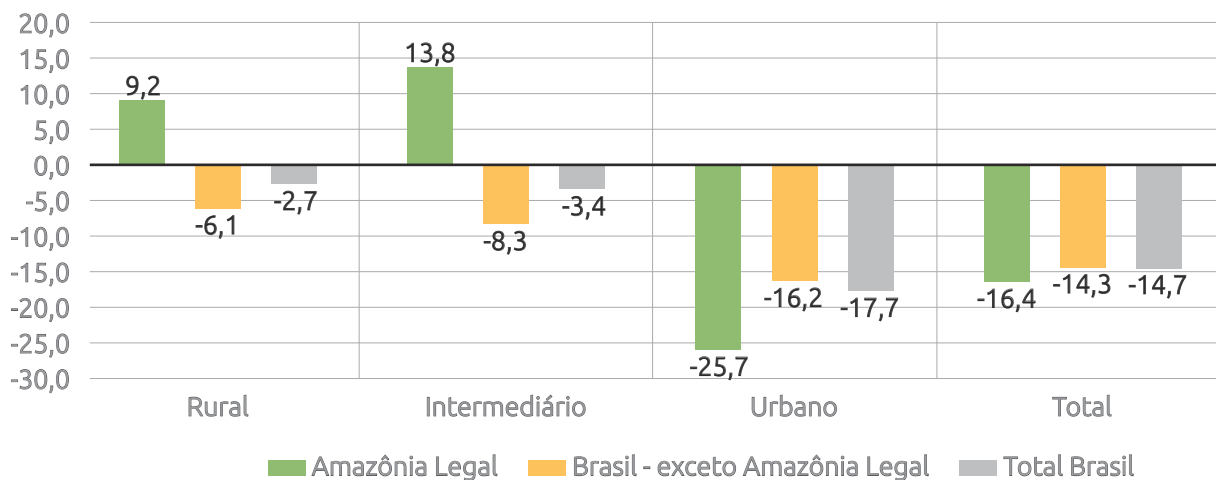
■ Enquanto no Brasil, excetuando-se os estados da Amazônia Legal, 79% das MVI estão concentradas em municípios urbanos, na região amazônica, esse percentual cai para 66%. Além disso, **nota-se nesta região uma proporção maior das MVI ocorrendo em municípios rurais (21%) e intermediários (12%)** do que no restante do país.

■ A taxa de mortalidade violenta nos municípios urbanos da Amazônia foi de 32,0 por 100 mil habitantes em 2020, bastante superior à média nacional (excetuando os municípios da Amazônia Legal), que foi de 22,0 por 100 mil no mesmo ano. Ainda assim, **tanto na região amazônica como no restante do território nacional, verifica-se redução da violência letal nos municípios urbanos entre 2018 e 2020**, sendo a queda de 25,7% na Amazônia Legal, de 16,2% nos demais municípios e de 17,7% se considerarmos o agregado em todo o território nacional.

■ A taxa de violência letal nas zonas rurais/floresta na região Amazônica apresentou **crescimento de 9,2%** entre 2018 e 2020, na

contramão do que ocorreu no restante dos municípios brasileiros, onde houve **queda de 6,1%**. Nos municípios intermediários a tendência também se diferenciou da verificada no restante do país, com **crescimento de 13,8%** no período.

Variação na taxa de MVI entre 2018 e 2020, por tipo de município
Amazônia Legal e Brasil

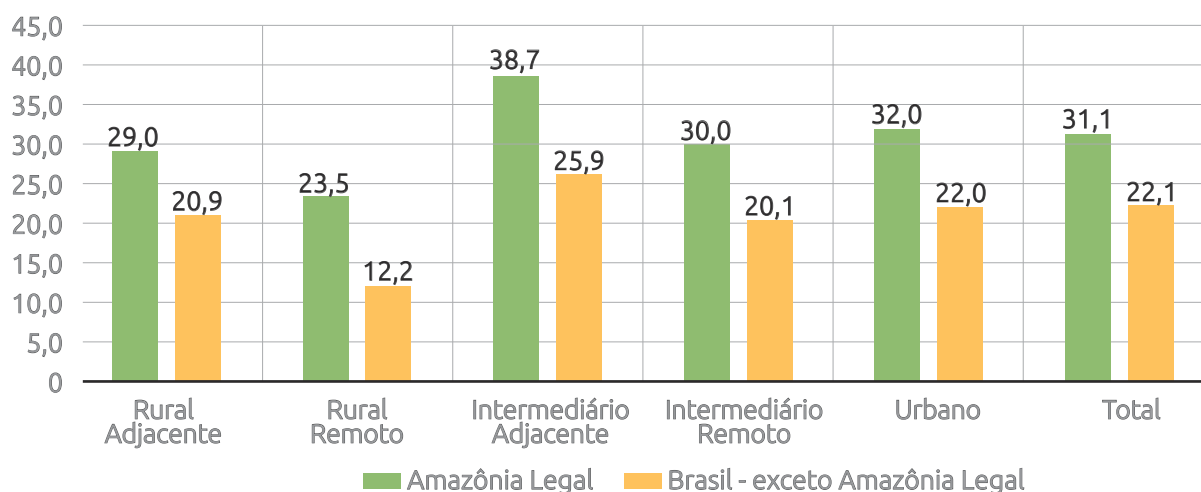


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

■ A comparação das taxas de mortes violentas intencionais mostra que, não obstante o grave quadro de violência verificado no país, as taxas para todos os tipos de municípios, conforme classificação do IBGE, se mostram mais elevadas na região amazônica em 2020. **A taxa média de violência letal na região é 40,8% superior à taxa verificada nos demais municípios brasileiros (excluindo a Amazônia Legal).**



Taxa de mortes violentas intencionais, por tipo de município Amazônia legal e demais municípios brasileiros, 2020

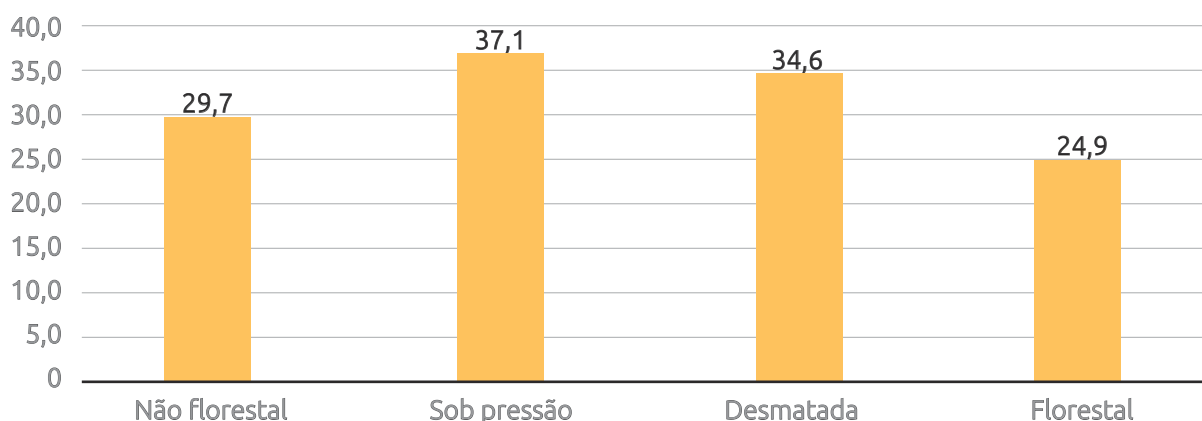


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Reforçando as evidências acima, um exercício de análise das mortes violentas intencionais de acordo com a classificação proposta pelo Imazon⁴ para dividir áreas dos municípios da região amazônica mostra que, em 2020, a maior parte dos assassinatos estão concentrados nas áreas classificadas como “desmatadas” (36%) e nas “não-florestais” (33%). Em 2020, ao comparar as taxas de Mortes Violentas Intencionais por zonas de ocupação, verifica-se que o conjunto de **municípios com as maiores taxas são os sob pressão de desmatamento (37,1 por 100 mil habitantes)**, em segundo lugar, os municípios desmatados (34,6), os municípios não florestais com taxa de 29,7, e, por fim, os municípios florestais apresentam a menor taxa de letalidade violência, com 24,9 por 100 mil.

4 Para o Imazon, a Amazônia pode ser classificada em quatro grandes áreas: 1) as áreas “não florestais”, que são regiões cobertas por cerrados e campos, onde as principais atividades são pecuária extensiva e agricultura; 2) as áreas “desmatadas”, que são as regiões que foram cobertas por florestas, mas já possuem mais de 70% da sua área desmatada; 3) as regiões “sob pressão”, que são aquelas que estão nas novas fronteiras de desmatamento e ocupação da Amazônia e, portanto, são áreas com maior risco de desmatamento atualmente. 4) Por fim, as áreas “florestais”, que são as regiões mais conservadas, com apenas 5% da área desmatada. CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazonia, Belém, 2007. Disponível em: https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado_da_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf

Taxa de MVI por 100 mil habitantes, por zona de ocupação do Imazon (2020)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Imazon; IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Estudos disponíveis demonstram que a violência no meio rural está associada a uma série de fatores que envolvem a exploração ilegal de recursos naturais, conflitos fundiários pela posse e titularidade de terras, pela construção de grandes empreendimentos – tal qual a construção da usina de Belo Monte, no Pará -, bem como pelo desenvolvimento de outras atividades ilícitas como o contrabando de animais silvestres, tráfico de entorpecentes, dentre outros.

Ou seja, o avanço do desmatamento e a intensificação de conflitos fundiários resulta também no crescimento da violência letal.

Considerando os dados recentes divulgados por organizações que atuam na agenda ambiental, o crescimento da violência no campo na região da Amazônia Legal se mostra coerente.

O relatório do MapBiomas de 2020⁵, por exemplo, aponta crescimento do desmatamento nos seis biomas brasileiros em 2020, resultando na perda de 24 árvores por segundo em 2020. Especificamente **na Amazônia o aumento é de 9%**, e a entidade calcula que **99,4% das áreas desmatadas apresentam sinais de irregularidade**, ou seja, são fruto de ações ilegais.

5 <https://mapbiomas.org/pais-perdeu-24-arvores-por-segundo-em-2020>

Já o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon⁶ mostra que, o desmatamento na Amazonia cresceu 9% em 2020 quando comparado com o ano anterior, e 99,9% dos alertas tinham indícios de ilegalidade⁷.

■ Já o último relatório da CPT⁸ mostra o ano de 2020 como o com maior número de conflitos no campo desde 1985. Segundo a entidade, **houve um crescimento de 8% do número de conflitos no campo em todo o país em 2020**, quando comparado com 2019. O relatório mostra ainda que **a região da Amazônia Legal concentrou 62,4% dos conflitos por terra no Brasil em 2020**.

Estrutura institucional das forças de segurança na Amazônia Legal

■ Dos 6 estados brasileiros com efetivos policiais e de bombeiros que totalizam menos de 10 mil pessoas, 4 estão na Amazônia. Todos os 9 estados da região têm Polícias Civis, essenciais à investigação criminal, com menos de 3 mil pessoas. **Em média, os estados da região têm 3,9 Policiais Militares para cada Policial Civil**.

■ Mato Grosso, Tocantins e Acre têm as relações entre PM e PC mais equilibradas, com, respectivamente, 2,3, 2,4 e 2,5 policiais militares para cada policial civil, o que em tese sinaliza para um foco maior na polícia judiciária. Já Maranhão e Pará têm 6,0 e 5,7 PM para cada PC, respectivamente, em um sinal de que nesses estados a prioridade foi pelo policiamento ostensivo.

6 <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-perdeu-area-de-floresta-maior-do-que-4-mil-campos-de-futebol-por-dia-em-setembro/>

7 https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/infograficos/V2_MBI-desmatamento-infografico-1-amazonia.jpg

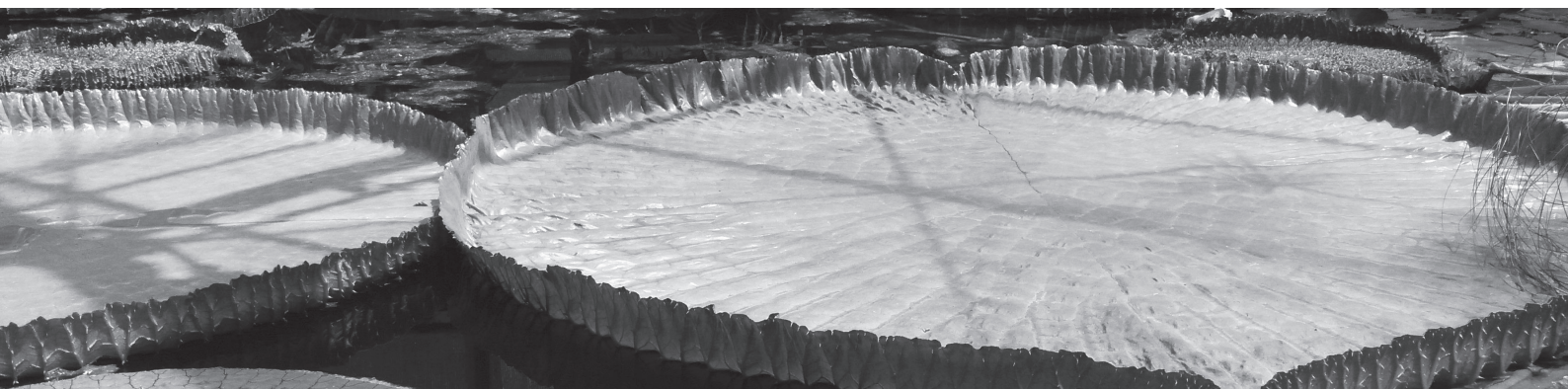
8 <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>

■ Contudo, se considerarmos escalas de trabalho, folgas, férias e licenças, teremos em média números baixos de policiais civis e militares disponíveis por turno na região, que precisam atender ocorrências urbanas e rurais; ocorrências de violência doméstica, brigas entre facções e diversos outros conflitos ou delitos.

O Amapá, por exemplo, tem apenas 780 PM e 260 PC por turno para atender à população. Já estados maiores, como o Pará, têm 3,8 mil PM e 673 PC por turno. Mas a questão é que a atividade policial depende de carreiras com atribuições específicas e não apenas do volume total de policial atuando.

■ **O Acre,** onde existem ao menos 3 grupos ligados ao negócio da droga mapeados **só tem 80 delegados para atender todas as ocorrências do estado** e avaliar se as transformam em inquéritos, bem como para chefiar investigações (o que significa que o estado tenha apenas cerca de 20 delegados por turno).

■ Como exemplo de dissociação entre atividade policial local e incidência de crimes no território, **as taxas de registro de boletins de ocorrência de tráfico de drogas de 8 dos 9 estados da Amazônia são inferiores à média nacional,** mesmo a região sendo rota estratégica para o escoamento dessa mercadoria.





Operações de GLO e da Força Nacional de Segurança Pública

■ Operações da Força Nacional de Segurança Pública e/ou de Garantia da Lei e da Ordem – GLO parecem ter pouco efeito sobre os índices de violência letal na região e, com isso, na reversão do quadro de crimes cometidos no interior da região e, portanto, na Floresta. **Entre 2018 e 2021, houve 108 operações da FNSP na Amazônia, sendo 41 apenas no Pará.** No Brasil todo, de 246 operações da FNSP no mesmo período, apenas 31 foram em apoio a ações de fronteira e/ou ao IBAMA, FUNAI e ICMBio;

■ Entre 1992 e 2021, houve 144 operações de GLO envolvendo as Forças Armadas no país todo. **Entre 2018 e 2019, foram 5 Operações de GLO exclusivas na Amazônia, incluindo a operação Verde Brasil 1, que custou R\$ 124,5 milhões aos cofres federais.** Se somarmos a esse valor o custo das Operações Verde Brasil II e Samaúma, ocorridas entre 2020 e 2021, que segundo reportagem⁹ recente custaram R\$ 460 milhões, o Governo Federal gastou R\$ 584,5 milhões durante a gestão de Jair Bolsonaro com operações de GLO na Amazônia e não conseguiu reduzir a violência e os crimes ambientais ou retomar territórios das facções nas áreas remotas da Floresta.

⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/10/militares-na-amazonia-custaram-r-550-mi-e-nao-baixaram-desmatamento.shtml?origin=folha>

Facções criminais

- No **Acre**, quatro grupos atuam para ter o controle da entrada da droga pelas fronteiras com o Peru, destacando-se Primeiro Comando da Capital (PCC), IFARA (Irmandade, Força Ativa e Responsabilidade Acreana), Comando Vermelho (CV) e Bonde dos 13 (B13);
- No **Amazonas**, estado onde surgiu a Família do Norte (FDN) hoje temos a FDN, o CV e o PCC, que atua na região do rio Solimões. Além disso, há grupos de piratas que interceptam a droga pelos rios na região de Coari, trata-se da Família do Coari, deixando ainda mais complexos os conflitos entre facções nesse estado que se constitui enquanto a grande porta de entrada da cocaína em território brasileiro;
- No **Amapá**, há um destaque para duas facções locais, a União Criminosa do Amapá (UCA) e a Família Terror do Amapá (FTA), sendo esta última aliada ao PCC. Essa região é estratégica para o tráfico de drogas que passam pelo Amapá em direção às Guianas e o Suriname, bem como destaca-se pelo contrabando e tráfico de pessoas;
- No **Mato Grosso**, temos o CV, o PCC e o B13. Nesse estado a disputa se dá pelo fornecimento de cocaína de origem boliviana e maconha de origem paraguaia;
- No **Maranhão**, temos pelo menos quatro principais facções criminosas atuando: o Bonde dos 40 (B40), o Primeiro Comando do Maranhão (PCM), o PCC e o CV. Há uma disputa que perpassa, sobretudo, o sistema carcerário no estado do Maranhão, com disputas que envolvem principalmente o PCC e seus aliados versus CV e seus aliados;

■ No **Pará**, temos evidências da presença do CV, que é predominante na Região Metropolitana de Belém, e do PCC, que atua mais no interior, nas regiões de Altamira e seu entorno. Mas há também, facções do estado como o CCA, FDN e pequenas facções locais, mas com grande influência em unidades prisionais, a exemplo da Equipe Rex. Por fim, há também o B40 grupo que surgiu na região Nordeste, mas que atua na Amazônia a partir do Pará;

■ Em **Roraima**, há facções como o CV, a FDN, o PCC e o Primeiro Comando Panda (PCP), destacando-se também a presença de grupos criminosos da Venezuela, a exemplo do Pranato, nas fronteiras com as Guianas e com o estado de Roraima. Fica então perceptível, a conexão que parte dessa região tem com o Pacífico, cortando as Guianas, o Suriname e o Amapá no Brasil para abastecer de mercadorias ilegais a Europa e o mercado brasileiro;

■ Em **Rondônia**, temos facções criminosas que disputam comércio da droga na fronteira com a Bolívia, portanto, há evidências da presença do PCP, CV, FDN e B13. Essa região é extremamente estratégica para a entrada de cocaína de origem boliviana e peruana que atravessam o estado do Mato Grosso em direção a região Sul e Sudeste;

■ Finalmente, o estado do **Tocantins**, que representa essa integração do Centro Sul do Brasil com a Amazônia, conta com a presença do PCC, do CCA, B13 e algumas pequenas facções locais. Nesse estado há uma forte influência do PCC dentro dos presídios, o que facilitou para que os grupos locais estabelecessem uma relação que deu condições para o grupo paulista atuar na região.

FICHA TÉCNICA E INSTITUCIONAL

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Isabela Sobral

Amanda Lagreca Cardoso

Beatriz Teixeira (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Equipe Administrativa

Débora Lopes

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

Conselho de Administração

Cristiane do Socorro Loureiro Lima
Presidente

Conselheiras/os

Elizabeth Leeds

Presidente de Honra

Arthur Trindade Maranhão Costa

Ascânio Rodrigues Correia Junior

Cássio Thyone A. de Rosa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Elisandro Lotin de Souza

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Camila Caldeira Nunes Dias

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Patricia Nogueira Proglhof

EQUIPE DO PROJETO

Supervisão geral

Renato Sérgio de Lima

Equipe

Samira Bueno Nunes

David Marques

Isabela Sobral

Sofia Reinach

Amanda Pimentel

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca

Parceria

Grupo de Pesquisa Territórios

Emergentes e Redes de

Resistências na Amazônia

(TERRA), da Universidade do

Estado do Pará - UEPA

Aiala Colares Oliveira Couto

Coordenador de Pesquisa

Thiago Alan Sabino

Auxiliar de Pesquisa

Wellington Moraes Ferreira

Auxiliar de Pesquisa

Gabrielle Aléxia Situba Pastana da Costa

Estagiária



CARTOGRAFIAS DAS VIOLÊNCIAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

ISBN 978-65-89596-10-3



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

